

III Foro Latinoamericano:

"Igualdad y desigualdad social en América Latina: generando debates en Trabajo Social en relación con otras ciencias del campo social"

Ciudad de La Plata. Provincia de Buenos Aires. Argentina

Agosto de 2016

EJE TEMÁTICO:

BALANCES Y PERSPECTIVAS SOBRE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS EN LA REGIÓN. SUS IMPACTOS EN LA DESIGUALDAD, LA CONSTRUCCIÓN DE DERECHOS Y LA CONSTITUCIÓN DE SUJETOS

TÍTULO:

“As políticas públicas no Brasil e seu papel social na atualidade”

PALABRAS CLAVE

POLITICAS PÚBLICAS –PAPEL SOCIAL- CONTEXTO BRASILEIRO

AUTORES:

Gilma Vieira da Silva¹; Kathleen de Oliveira Dias²; Liliane Ventura Santos Jesus³

¹ Graduanda em Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília-DF, gilma.vieira.ss@gmail.com.

² Graduanda em Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília-DF, kathleen.o.dias@gmail.com.

³ Graduanda em Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília-DF, lilianeventura@gmail.com.

Resumen

El presente trabajo aborda la temática de las políticas públicas en el escenario brasileño, su papel social, a partir de un análisis histórico de la implementación de las mismas y los resultados obtenidos hasta el momento. En un principio se relata la importancia para la sociedad brasilera y la lucha que se dio en torno a los avances sociales dentro del escenario latino americano.

Teniendo como referencia la teoría de Marx para el estudio de las políticas sociales, considerando el aumento en la lucha de clases sociales en la sociedad capitalista, las políticas sociales son colocadas con un carácter contradictorio, en donde las misma vienen a garantizar la permanencia del capitalismo y a su vez a cubrir las necesidades sociales mínimas para la clase que fue empobrecida socialmente. En este trabajo vamos a demostrar el papel social de las políticas sociales, juntamente con un análisis de como se dio la construcción de esas políticas en el contexto brasilero.

Resumo

O presente trabalho vem apresentar as políticas públicas no cenário brasileiro e qual o seu papel social, a partir de uma análise histórica da implementação dessas e os resultados obtidos até o presente momento. Inicialmente é relatada a importância para a sociedade brasileira e a luta que se deu em torno de avanços sociais dentro do cenário latino americano.

Tendo como referencial a teoria social de Marx para o estudo das políticas sociais, levando em consideração o acirramento na luta de classes sociais na sociedade capitalista, as políticas sociais são colocadas com um caráter contraditório, onde a mesma vem para garantir a permanência do capitalismo, contudo, vem atender os mínimos sociais para a classe que foi empobrecida socialmente. Neste trabalho vamos apresentar o papel social das políticas sociais, juntamente com uma análise de como se deu a construção dessas políticas no contexto brasileiro.

Marco teórico

Compreende-se que pensar as políticas sociais e públicas pressupõe entender o seu caráter contraditório e sua relação com as estruturas econômicas e sociais que expressam as lutas de classes nesta sociabilidade. O esforço para compreender o movimento complexo que envolve o Estado e sociedade civil na formulação e desenvolvimento das políticas sociais possibilitará relacionar os tipos de direitos e

benefícios previstos/implementados e a possibilidade de expansão desses direitos e sua ampliação, um dos objetivos do presente trabalho. Pois, como nos sinaliza Behring (2009, p.304).

[...] trata-se de analisar as políticas sociais como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo, nos seus grandes ciclos de expansão e estagnação, ou seja, problematiza-se o surgimento e o desenvolvimento das políticas sociais no contexto da acumulação capitalista e da luta de classes, com a perspectiva de demonstrar seus limites e possibilidade. A condução histórica e social da política social deve ser extraída do movimento da sociedade burguesa, em geral e também nas manifestações particulares nos Estados nacionais.

De acordo com lamamoto (1982) nesse contexto, o Estado intervém na relação entre o empresariado e a classe trabalhadora, passa então a estabelecer uma relação por bases jurídicas, não apenas através de legislações sociais e trabalhistas, mas gerindo a organização e prestação de serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. Para lamamoto (2007, p. 170-177), o Estado assume o caráter público da questão social na administração de suas expressões, mas reforça a natureza privada de suas manifestações, que são tidas como problema do indivíduo.

Dessa forma, captura os espaços privados, subordinando-os ao movimento do capital que extrapola o território da produção, fazendo com que todo o cotidiano passe a ser administrado, impregnando-o da lógica da mercantilização universal das relações sociais. Invadem áreas que outrora o indivíduo podia reservar-se como espaços de autonomia, como a família, a fruição estética, o ócio e o erotismo. A metamorfose do ethos individualista aparece ressituada como privilégio das instâncias psicológicas da existência social, na inflação da privacidade e na tendência à “psicologização” das relações sociais[...] esse deslocamento da satisfação de necessidades da esfera pública para privada ocorre em detrimento das lutas e de conquistas sociais e políticas extensivas a todos. É exatamente o legado dos direitos conquistados nos últimos séculos que está sendo desmontado nos governos de orientação neoliberal, em uma nítida regressão da cidadania que tende a ser reduzida às suas dimensões civis e política.

A presente consideração sobre as configurações do Estado e as respostas que este vem dando as expressões da questão social são essenciais à compreensão das políticas públicas que sociedade brasileira se encontra. O esforço analítico será direcionado para entender as determinações dessa relação contraditória e as repercussões para a sociedade brasileira com a expansão e ampliação dos direitos sociais. Para tanto, é preciso compreender a seguinte questão: quais as configurações da política públicas/ sociais e do papel social na atualidade brasileira?

De acordo com Behring e Boschetti (2008), os anos de 1990 no Brasil apresentaram contra tendências a possibilidade de efetivação das políticas sociais encampadas na década anterior pelos movimentos sociais. Para as autoras, o que ocorreu e persiste nos dias atuais é uma contrarreforma do Estado e “obscurantização e/ou redimensionamento” dos avanços de 1988. Trata-se de uma contrarreforma porque existe tendência a reafirmar os preceitos neoliberais por meio de uma série de medidas que se expressam nas condições de vida da maioria dos trabalhadores.

[...] as políticas neoliberais comportam algumas orientações/ condições que se combinam, tendo em vista a inserção de um país na dinâmica do capitalismo contemporâneo, marcada pela busca de rentabilidade do capital por meio da reestruturação produtiva e da mundialização: atratividade, adaptação, flexibilização e competitividade” (BEHRING, 2009, p. 72).

No Brasil a política social atualmente está relacionada à atual tendência neoliberal, de reduzir sua abrangência a intervenções pontuais, seletivas e individualizadas. Para Behring (2009), “as políticas sociais entram, neste cenário, caracterizadas como: paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho, e, de preferência, devem ser acessadas via mercado, transformando-se em serviços privados”. A autora destaca que, nessa atual perspectiva, os benefícios, programas e serviços sociais deixam de ser direitos sociais e se tornam direitos do consumidor, há ainda uma tendência que os serviços públicos sejam cada vez mais desmantelados, a isso está associado ao corte dos gastos sociais que leva a um processo de privatização. “Daí as tendências de desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social pelo Estado” (BEHRING, 2009).

Ainda de acordo com Behring (2009, p. 77), isso acontece pela via da desregulamentação de direitos sociais, de garantias fiscais ao capital, da política de privatização e as demais alternativas que visam ao aumento dos superlucros ao capital. As ações desenvolvidas pelo Estado na atualidade seguem as exigências neoliberais via organismos internacionais, como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) que propõem ajustes estruturas nessa área.

Para Yasbeck (2009), tornam-se evidentes as aspirações neoliberais da política social brasileira face às necessidades da população. Há uma ênfase em ações compensatórias e seletivas, centradas em situações limites, com destaque aos mais pobres. “As políticas sociais vêm sendo objeto de um processo de reordenamento, subordinado às políticas de estabilização da economia, em que a opção neoliberal na área social passa pelo apelo à filantropia e à solidariedade da sociedade civil” (YASBECK, 2009, p. 154).

O impacto do pensamento neoliberal já vinha sendo percebido por outros autores, como é o caso de Ianni (2004) que afirma que na atualidade o que está em

curso é uma “drástica transformação das relações entre o Estado e a Sociedade”, pois, há uma “Reforma do Estado” a partir das diretrizes neoliberais impostas por organismos internacionais, os quais ditam mudanças estruturais nas relações entre o “Estado com a economia e finanças, a mudança dos sistemas de saúde, educação e previdência e a reforma das relações de trabalho” (IANNI, 2004, p. 52). Como resultado tem-se uma série de privatizações de empresas públicas, e outros setores que prestam serviços à sociedade como saúde, previdência e educação.

[...] é óbvio que as diretrizes das organizações multilaterais e corporações transnacionais encontram receptividade mais ou menos ampla nas “ elites nacionais” dos mais diversos “ mercados emergentes”, nos quais se haviam ensaiado projetos nacionais, capitalistas ou socialistas. São tais e tão fortes as injunções das organizações e corporações, que as “elites nacionais” logo se conformam, assumindo as suas diretrizes, os seus incentivos e os seus discursos. Em nome da “modernização”, “produtividade”, “competitividade”, “ qualidade total”, “ lucratividade”, “ entrada no primeiro mundo”, são muitas as “ elites” empenhadas em satanizar e mutilar as conquistas político-econômicas e socioculturais que se haviam realizado com base em projetos nacionais(IANNI, 2004, p. 53).

Ou seja, as medidas destinadas à reforma do Estado “é a pura e simples substituição do projeto nacional pelo transnacional. Em pouco tempo, a economia nacional transforma-se em uma província do capitalismo global” (IANNI, 2004, p.53).

O Estado, enquanto instituição jurídico-política, compreendendo o legislativo, o Executivo e o Judiciário, é levado a acentuar o seu caráter de aparelho administrativo. Um aparelho articulado, muitas vezes decisivamente, com as organizações multilaterais e as corporações transnacionais. São articulações que favorecem a associação de empresas, a privatização e a transnacionalização de empresas produtivas estatais, bem como dos sistemas de educação, saúde, e previdência. Articulações que envolvem a manipulação do ecodumping e do social-dumping, de modo a favorecer a fome das corporações transnacionais por força de trabalho barata, em sociedades nas quais corre livre a privatização dos espaços ecológicos ou recursos ambientais. Sob vários aspectos, o Estado revela-se, predominantemente, um aparelho administrativo acoplado com as estruturas mundiais de poder, ou os blocos mundiais de poder (IANNI, 2004, p.54-55).

Para Boschetti (2009), é fundamental reconhecer que as políticas sociais têm um papel essencial na consolidação do Estado democrático de direito, e para que sejam efetivas devem ser entendidas num conjunto de ações com vias a universalização dos direitos. Sendo assim, devem ultrapassar a composição de instrumentos e técnicas, e sim “situar no âmbito da identificação da concepção de Estado e de política social que determina seu resultado”. Para a autora, muitas avaliações de políticas sociais na atualidade estão centradas na relação custo-benefício, o que se trata de uma análise equivocada, pois:

Não pode se aplicar às políticas sociais públicas com o rigor e intencionalidade com que se aplica ao mercado, visto que seu objetivo (e não deve ser) o de atender o maior número de pessoas com o menor dispêndio e recursos. Ao contrário, avaliação de políticas sociais públicas deve ser orientada pela intencionalidade de apontar em que medida as políticas e programas sociais estão conseguindo expandir direitos, reduzir a desigualdade social e propiciar a equidade (BOSCHETTI, 2009, p. 578).

O estudo que se deseja desenvolver está na contramão das atuais abordagens sobre análise de políticas públicas, pois há tendência em reduzir esse campo de análise em abordagens tecnicista e burocratizada, centrada em modelos racionais que levam apenas em consideração a custo-benefício e os indicadores de impactos de efetividade, eficiência e eficácia. De acordo com Boschetti (2009, p.578), “a avaliação de políticas sociais públicas deve ser orientada pela intencionalidade de apontar em que medidas políticas e programas sociais são capazes e estão conseguindo expandir direitos”. Essa é a perspectiva de análise que orienta o presente trabalho. Sendo assim, o esforço analítico leva em consideração a conjuntura sócio histórica e política, como parte integrante da forma como se estruturam as relações sociais e os processos de luta de classes que dão roupagem a uma determinada política pública.

Reflexiones finales

Foi possível constatar durante a pesquisa que as políticas sociais e públicas na sociedade brasileira têm um tempo pequeno de construção social e que diante desse cenário de acirramento dos direitos sociais e o contexto da sociedade capitalista que determina o mínimo para as políticas sociais e o máximo para os interesses privados das pessoas que adentram ao poder. Há de se considerar que desde a gênese do desenvolvimento das políticas públicas e sociais elas evidenciam um caráter controlador e coercitivo, a pesar de apresentarem também as conquistas da classe trabalhadora, as políticas sociais e públicas brasileiras atuais apresentam diversos resquícios desse processo de construção das mesmas.

Atualmente há uma luta dos movimentos sociais brasileiros pela manutenção das políticas sociais já conquistadas e pela não recessão de direitos, conquistados arduamente pela classe trabalhadora brasileira, o contexto sócio político atual apresenta um caráter neoliberal e conservador. Essa pesquisa tem uma relevância social incluindo uma análise sobre a construção das políticas públicas.

Bibliografia

- Behring, E.; Boschetti, I.(2008). Política Social: fundamentos e história: São Paulo: Cortez.
- Behring, E.(2009).Política Social no contexto da crise capitalista. In: Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ Abepss, p. 301-322.
- Conselho Federal De Serviço Social (CFESS).(2014). - CFESS manifesta/ Gestão Tempo de Luta e Resistência 2011/2014. Brasília.
- Gil, Antônio Carlos. (2007).Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. Ed. São Paulo: Atlas.
- Ianni, O. (2004).Capitalismo, Violência e Terrorismo. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, p. 56-69.
- Iamamoto, M. (2007).Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, p. 155-208.
- Iamamoto, M; Carvalho, R. (1982).Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. São Paulo, Cortez/ Celats.
- Laville, Christian; Dionne, Jean. (1999).A Construção do Saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Zanella, Liane Carly Hermes.(2009).Metodologia de estudo e de pesquisa em administração. Departamento de Ciências da Administração/ UFSC: [Brasília]: CAPES: UAB